



**Granja cheia.** O abate de frangos cresceu 8,2% em 2010 e atingiu 1,306 bilhão, informou ontem o IBGE. Em relação ao 4º trimestre de 2010, o incremento foi de 3,4%, comunicou o instituto.

AJ10-573

# ECONOMIA

[www.twitter.com/gazetaeconomia](http://www.twitter.com/gazetaeconomia) [www.agazeta.com.br/economia](http://www.agazeta.com.br/economia)

**Queda de braço.** Decisões da reunião vão ser base de documento que será enviado ao Senado

## Governadores aceitam ceder parte dos royalties do petróleo

**Por outro lado, os Estados produtores deverão ficar com uma fatia maior dos ganhos do pré-sal**

RITA BRIDI  
[rbridi@redgazeta.com.br](mailto:rbridi@redgazeta.com.br)

■ A reunião realizada ontem entre governadores definiu melhor as posições dos lados opostos na guerra contra a partilha dos royalties do petróleo. No encontro em Brasília, ficou acordado que Estados não produtores deverão receber uma parcela dos royalties e participações especiais desde já, e não só quando as áreas ainda não concedidas do pré-sal começarem a produzir, daqui a alguns anos.

Por outro lado, os Estados produtores deverão ficar com uma fatia maior dos ganhos com o pré-sal. Um terceiro princípio acordado é que a riqueza gerada deve ser “blindada” para evitar desperdício. “O ambiente foi de diálogo e definimos alguns conceitos para o entendimento”, disse o governador do Estado, Renato Casagrande.

mista com a construção de uma proposta de consenso.

Do lado nordestino, estavam presentes os governadores Marcelo Déda (SE) e Eduardo Campos (PE). Na segunda-feira, técnicos dos governos estaduais farão outra reunião para produzir um documento que deverá conter os principais pontos debatidos ontem.

O relatório será a base para as discussões que acontecerão com o Senado e governo federal. Mesmo com os entraves que ainda serão enfrentados, Casagrande disse estar otimista com um desfecho positivo.

Antes da reunião dos governadores, ele teve audiência com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento e saiu de lá com a informação de que o edital para a concessão da BR 101 deverá ser lançado até agosto.

Depois, o governador teve audiências com as ministras da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para apresentar a elas a pauta do Espírito Santo na reforma tributária e na distribuição dos royalties.



DIVULGAÇÃO

**DIÁLOGO.** Representantes dos Estados durante encontro em Brasília para definir principais pontos e propostas

Casagrande.

Também estava presente Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro, que junto com o Espírito Santo é responsável por cerca de 90% da produção nacional de petróleo.

Segundo Casagrande, o entendimento caminha na direção de que os Estados produtores precisam de tratamento diferenciado, não podem perder tanta receita e precisam de garantias de que receberão a receita dos campos já licitados.

Houve ainda o reconhecimento de que Estados não produtores devem garantir a antecipação de alguma receita antes da produção dos campos do pré-sal e devem receber recursos da participação especial.

Outro ponto de consenso é que a não radicalização. Se não houver o entendimento, a questão terá que ser decidida pelo Judiciário e esse caminho não será bom para ninguém, avalia Casagrande, que disse estar oti-

**Prejuízo**

## 7 bilhões de reais

■ É a perda anual que o Estado poderá ter com as mudanças previstas no ICMS e na distribuição dos royalties do petróleo.

“ Se não houver entendimento, a questão terá de ser decidida pelo Judiciário e esse caminho não será bom para ninguém ”

**RENATO CASAGRANDE**  
GOVERNADOR DO ESTADO

# Questões levantadas

Pergunta agora é: de onde virá o dinheiro para os Estados não produtores?

RENATO VICENTINI



■ Os Estados que não produzem petróleo deverão receber uma parcela dos royalties e participações especiais desde já.

■ Os Estados produtores deverão ficar com uma fatia maior dos ganhos com a exploração do pré-sal.

■ Os não produtores concordaram em dar um tratamento diferenciado para os produtores.

■ A riqueza da produção de petróleo deve ser “blindada”

para evitar desperdício.

■ Esses recursos devem ser direcionados a investimentos que representem uma aposta para gerações futuras, nas áreas de educação, ciência e tecnologia e meio ambiente.

■ Esses pontos deverão servir de guia para a elaboração de um acordo que resultará em uma nova regra de divisão dos recursos do pré-sal.

■ Na reunião de ontem Estados produtores e não

produtores chegaram à conclusão que é melhor construir um entendimento do que deixar que a questão vá para a Justiça.

■ Ficou faltando definir quem cede quanto e como.

■ Os números, causadores da discórdia, serão detalhados pela área técnica ao longo da próxima semana.

■ Não está claro ainda de onde sairá o dinheiro para os Estados não produtores desde já.